

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Brasil deveria optar por novas tecnologias.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: As principais promessas de Jair Bolsonaro em nove áreas de governo	2
Título: Reestruturação de ministérios será primeira medida da gestão.....	3
Título: Decreto traz regras para redução gradual de subsídio ao diesel	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Fumacê.....	7
Título: Medidas elevam conta de luz em 3%	9
VEÍCULO: Valor Econômico.....	10
Título: Curta.....	10
Título: Razões para não sair do Acordo de Paris.....	11
Título: Destaques	13
Título: SPIC apresenta oferta por Santo Antonio	14
Título: Eletrobras adia prazo de PDV	16
Título: Plano da Aneel para GSF é mal recebido	17
Título: Plano da Aneel para GSF é mal recebido	19
Título: Bom momento da Usiminas favorece venda da Musa	21

VEÍCULO: O Globo**Data: 29/10/2018****Seção: Economia****Autor:****Título: Brasil deveria optar por novas tecnologias**

O presidente da Associação Brasileira de energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Rodrigo Lopes Sauaia, avalia que o planejamento do setor elétrico deveria considerar uma matriz mais limpa e a opção por novas tecnologias de armazenamento de energia, tais como baterias. Sauaia destacou que a Califórnia, nos EUA, tem como meta desligar todas as térmicas e chegar a uma matriz 100% renovável em 2045.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 29/10/2018****Seção: Poder****Autor:****Título: As principais promessas de Jair Bolsonaro em nove áreas de governo**

POLÍTICA

? Acabar com a prerrogativa de reeleição para presidente da República, a partir de seu próprio mandato

? Reduzir entre 15% e 20% o número de cadeiras no Congresso

ADMINISTRAÇÃO

? Reduzir os ministérios de 29 para 15

? Fundir os Ministérios de Agricultura e Meio Ambiente (na última semana, o candidato disse na internet que poderia manter as pastas separadas)

? Fundir os Ministérios da Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio (na última semana, o candidato disse na internet que poderia deixar a Indústria e o Comércio Exterior em um ministério separado)

? Extinguir 20 mil cargos de confiança

ECONOMIA

? Privatizar "mais de cem" estatais, sob alguns critérios: áreas estratégicas (que não foram detalhadas) seriam poupadas. Na Petrobras, o refino e a distribuição de óleo e gás poderiam ser privatizados. Na **Eletrobras**, somente as distribuidoras seriam vendidas, mantendo a geração sob controle estatal

? Reduzir, e em alguns casos eliminar, incentivos tributários

? Flexibilizar toda a alocação de recursos para o Orçamento. Dinheiro será destinado de acordo com resultado das ações de cada ministério. Não haverá mais dinheiro carimbado para áreas de governo, pessoas, grupos políticos ou entidades com interesses especiais

? Zerar o déficit primário no primeiro ano de governo

? Reformar a estrutura tributária, prevendo uma alíquota única de 20% no Imposto de Renda para quem ganha mais de cinco salários mínimos. Criar um imposto único, sobre as movimentações financeiras, para substituir tributos federais

? Reformar a Previdência prevendo a implantação de regime de capitalização (valor do benefício depende de quanto o trabalhador conseguir poupar)

? Reduzir alíquotas de importação e barreiras não-tarifárias

TRABALHO

? Criar a carteira verde e amarela para patrões e trabalhadores interessados em firmar contratos em que a negociação individual prevaleça sobre a CLT

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/10/2018

Seção: Poder

Autor: Julio Wiziack, Mariana Carneiro e Talita Fernandes

Título: Reestruturação de ministérios será primeira medida da gestão

Lista de privatizações e obra pedida por agronegócio também serão priorizadas

A reestruturação de ministérios será a primeira medida a ser anunciada pelo presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL).

Depois de conversas informais com integrantes da equipe de Michel Temer (MDB), e depressão de setores do agronegócio e da indústria, a realidade fez Bolsonaro voltar atrás na extinção de pelo menos quatro ministérios.

Minas e energia, Transporte, Meio Ambiente e Indústria e Comércio podem ser mantidos como pastas independentes. Bolsonaro deverá começar seu governo descumprindo a promessa de cortar os ministérios de 29 para 15. Serão ao menos 19.

O presidente cedeu depois de receber a visita, na última semana, de representantes da indústria e da agricultura. Na internet, disse que “se esse é o interesse deles, para o bem do Brasil, vamos atender”.

Na infraestrutura, que inicialmente seria um superministério, os problemas são tantos e tão complexos que foi preciso manter dois deles separados (energia e Transportes).

A secretaria do PPI (Programa de Parcerias em Investimentos), criada por Temer para cuidar de concessões e privatizações, também pode ser alçada a ministério no novo governo, mas continuará com sua estrutura administrativa vinculada à Presidência da República.

A mudança seria política. Antes, o PPI estava vinculado à Secretaria da Presidência. Esse arranjo ocorreria porque o PPI coordenará todo o programa de desestatização com autonomia, como se fosse um ministério. No plano original, o PPI estava subordinado ao Ministério da Economia de Paulo Guedes.

É possível que a Secretaria de Desestatização do Ministério do Planejamento seja incorporada ao PPI, mas isso ainda está em discussão.

Uma das primeiras medidas, no início de janeiro, será o anúncio das empresas e participações controladas pela União que serão privatizadas.

Assessores de Bolsonaro dizem que alista está pronta e passa por últimos ajustes. A ideia é primeiro fazer a venda de subsidiárias de grandes estatais e, depois, extinguir a controladora. Nesse grupo terão prioridade empresas que operam com prejuízo.

As primeiras obras devem ser a conclusão da BR 163 — que o agronegócio quer pronta rapidamente por ser a principal via de escoamento da safra do Centro-

Oeste— e a concessão de ferrovias que possam se conectar a portos, caso da Ferrovia Norte-Sul, Fiol, Ferrogrão e Fico.

A interconexão de modos de transporte terá prioridade.

Estuda-se até a criação de uma agência reguladora para cuidar dos modais. Ferrovias que fiquem em portos, por exemplo, seriam reguladas por essa agência.

Uma rodada de venda de aeroportos também deve ser anunciada pelo novo governo.

Ainda na esfera administrativa, está em discussão o corte de pelo menos 20% dos cargos comissionados.

O deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), que já foi anunciado como ministro da Casa Civil e coordenará a equipe de transição, chegou a afirmar que todos os 23 mil cargos serão extintos. O que se discute é a “promoção” de servidores de carreira a postos de confiança, caso haja cortes.

A medida, porém, será revista com cautela porque diversos departamentos em órgãos federais hoje funcionam sob o comando de funcionários que não prestaram concurso.

Para uma sinalização positiva ao mercado, será anunciada pelo menos uma das reformas estruturantes. Provavelmente, será a da Previdência.

Inicialmente, se cogitava encaminhar a versão enviada ao Congresso por Michel Temer, mas o próprio Bolsonaro disse que prefere a sua própria reforma.

Pelo menos duas estão sendo avaliadas: uma feita pelos irmãos Abraham e Arthur Weintraub, ambos professores da Universidade Federal de São Paulo, que colaboram com Bolsonaro desde antes da campanha, e a do ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga.

Ambas promoverão uma mudança radical no regime de Previdência. Uma prevê a migração dos planos atuais para contas de capitalização, com uma transição custeada por um fundo. A proposta de Armínio Fraga trabalha com a coexistência dos dois sistemas.

Na capitalização, cada contribuinte poupa para sua própria aposentadoria. Essa proposta, no entanto, fere princípios constitucionais. Segundo advogados especializados, a Previdência deve ser financiada por todos os contribuintes. Para modificar esse princípio, será preciso contar com a aprovação de pelo menos dois terços do Congresso.

O que se discute na equipe de Bolsonaro neste momento é se não seria melhor começar com uma mudança mais branda, adotando a reforma de Temer, até que se tome o pulso da nova composição do Congresso para uma mudança mais radical.

Essa ideia é defendida por aqueles que querem entregar logo um cardápio de medidas que sinalize para o mercado financeiro e o empresariado que o governo cumprirá com as promessas de promover maior liberalização na economia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/10/2018

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona e Mariana Carneiro

Título: Decreto traz regras para redução gradual de subsídio ao diesel

Com o recuo do dólar e das cotações internacionais do petróleo, o preço do óleo diesel nas refinarias deve ser reduzido na terça (30), quando se inicia nova etapa do programa de subvenção. A expectativa do mercado é que a queda fique em torno de R\$ 0,20 por litro.

Com o novo cenário, o governo projeta mudanças no programa, avaliando que a subvenção é menos necessária.

A expectativa é que um decreto sobre o tema seja publicado esta semana.

O texto estabelecerá regras de transição para o fim do subsídio, inicialmente previsto para o dia 31 de dezembro. A ideia é reduzir gradativamente o valor da subvenção, que é de R\$ 0,30 por litro.

Atualmente, a Petrobras vende o diesel em suas refinarias a R\$ 2,3606, em média. O valor foi definido no dia 29 de setembro, quando o dólar custava R\$ 4,05 e o petróleo Brent, referência global, US\$ 82,88 (R\$ 335,6 ao câmbio da época).

Nesta sexta-feira (26), o dólar fechou cotado a R\$ 3,65 e o Brent, a US\$ 77,62 (R\$ 283,3, na cotação atual). Em reais, portanto, o preço do petróleo caiu 15,5% no período — movimento que já impacta no preço da gasolina nas refinarias, que essa semana ficou abaixo de R\$ 2 pela primeira vez em dois meses.

Com a queda das cotações, o valor pago em ressarcimento vem sendo bem inferior aos R\$ 0,30 previstos, já que é calculado com base em um preço de

referência definido pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) que simula qual seria o valor de venda caso não houvesse tabelamento.

Entre sábado (27) e segunda, esse preço é R\$ 2,4676 no Sudeste, ou R\$ 0,2226 a menos do que o vigente no início do período de 30 dias. Isto significa que, em vez de pagar R\$ 0,30 por litro, o governo vai pagar apenas R\$ 0,08 nesses três dias.

No mês de outubro, o subsídio cheio só foi pago por cinco dias. O governo separou R\$ 9,5 bilhões para bancar a subvenção até o fim do ano. Até o fim de setembro, segundo a ANP foram gastos R\$ 1,6bilhão.

A economia não garante ao governo folga para gastar com outras atividades, já que a subvenção foi criada por meio de crédito extraordinário no Orçamento. Mas ajuda a reduzir o déficit fiscal, que deve fechar o ano em R\$ 125 bilhões, menor do que os R\$ 149 bilhões projetados inicialmente.

A subvenção ao preço do diesel foi criada para encerrar a greve dos caminhoneiros que paralisou o país por duas semanas em maio. Além do subsídio de R\$ 0,30 por litro, o governo reduziu a carga tributária sobre o combustível em R\$ 0,16 por litro.

A intervenção federal no mercado suspendeu investimentos em instalações de importação do produto. A distribuidora Raízen, que opera a marca Shell, por exemplo, disse ter adiado projeto de até R\$ 2 bilhões com as incertezas sobre viabilidade de importações.

Nas bombas, o preço do diesel subiu 1,4% desde o último reajuste na refinaria.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/10/2018

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Fumacê

Direto da Fonte

Bolsonaro eleito, a partir de hoje a atenção será para os sinais diários que o próximo presidente da República dará sobre os rumos de sua política econômica, que – ele já avisou – será liberal. Haverá troca das presidências das estatais? Apesar dos movimentos para colocar um general na Petrobrás, há quem acredite que Bolsonaro manterá a equipe na petrolífera. E também na Eletrobrás – dando continuidade ao processo de privatização da já iniciado.

Fumacê 2

Ministérios vão se fundir? A depender da necessidade de se acomodar políticos, eles podem permanecer intactos. Parlamentares eleitos só podem deixar sua cadeira no Congresso se for para ocupar o cargo de ministro. Portanto, se o ministério virar secretaria, essa será ocupado por um técnico. Falou-se muito, na última semana, sobre nomes de integrantes da iniciativa privada, como o de Salim Mattar, da Localiza, para ocupar cargos no novo governo.

Fumacê 3

Hoje, a expectativa é de que os mercados realizem algum lucro depois da subida de preços das ações nas últimas semanas. Para depois retomar a alta.

Calmaria

Como testemunharam vários paulistanos, ao longo da manhã, e até meio da tarde, a casa de Temer, na zona Oeste de SP, não viu uma única sombra de polícia. Nem carros da PM, nem cavaletes de proteção junto à calçada para afastar curiosos.

Romaria

E quem acompanhou a votação na casa de Bolsonaro? Além da família do presidente eleito estavam Paulo Guedes, Gustavo Bebianno, o ruralista Nabhan Garcia, Julian Lemos, Paulo Marinho e seu filho, Magno Malta, Hélio "Bolsonaro", o Helio Negão e o astronauta Marcos Pontes. O general Augusto Heleno, o deputado Onyx Lorenzoni e o senador Magno Malta passaram por lá. Hamilton Mourão teve problemas com seu voo e não chegou a tempo.

Lá fora

Se servir de consolo, Haddad ficou bem na fita... na França. O petista teve ali 70% dos votos, contra 30% de Bolsonaro. Mas este deu o troco com vitórias

na Suíça (60%), em Londres (70%) e no Irã, onde teve 73% dos votos de... 31 eleitores. Como era dia útil no país, ficou difícil votar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/10/2018

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / BRASÍLIA

Título: Medidas elevam conta de luz em 3%

Decisões do **Ministério de Minas e Energia** repassam custos de R\$ 4,8 bi aos consumidores

A dois meses do fim do governo Michel Temer, o Ministério de Minas e Energia decidiu propor medidas polêmicas que podem trazer custo de R\$ 4,8 bilhões aos consumidores de energia e aumento de quase 3% na conta de luz, segundo a Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia (Abrace).

Entre as ações propostas está o acionamento de usinas térmicas a gás, que hoje estão paradas devido ao custo fixo elevado, e a realização de um leilão para contratação de térmicas na modalidade de reserva, sob a justificativa de elevar a segurança do sistema. O governo também aprovou uma resolução que dobrou o preço da energia da usina nuclear de Angra 3, cujas obras foram interrompidas após o envolvimento de empreiteiras em denúncias de corrupção.

O presidente da Abrace, Edvaldo Alves de Santana, questiona o momento para o governo adotar políticas que elevam o custo da energia em meio ao calendário eleitoral. Outro ponto é a tentativa de acionar térmicas mais antigas e caras em outubro, início do período chuvoso, o que já permitiu a adoção da bandeira amarela nas contas de luz em novembro, reduzindo o valor extra pago nas contas.

Segundo a Abrace, o reajuste de Angra 3 vai adicionar um custo de R\$ 2,5 bilhões por ano nas contas de luz, depois que a usina estiver pronta. A contratação das térmicas mais antigas deve adicionar outros R\$ 300 milhões

por ano. "Acho incompreensível a pressa para implementar as medidas, além de deselegante com o governo que vai entrar. Tem tanto equívoco que se corre o risco de gastar com térmicas no período de chuvas", disse Santana.

Na semana passada, o governo também lançou, para consulta pública, uma portaria e um decreto que permitiriam a realização de uma licitação para termoeletricas, mas numa modalidade inédita. Uma vez que os estudos de planejamento energético indicam sobra de energia, o governo pretende realizar um leilão para contratação de potência associada à energia de reserva, sob a justificativa de elevar a segurança do sistema no Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

Especialistas consultados pelo Estadão/Broadcast avaliam que o leilão não tem base legal, pois a lei não prevê essa modalidade de contratação. Fontes destacam a falta de rumo do ministério, que se propôs a lançar um programa para reduzir a conta de luz, mas adota medidas isoladas que vão no sentido contrário, em atendimento a interesses de setores específicos.

Questionado, o Ministério de Minas e Energia reconheceu que a consultoria jurídica do MME "ainda não se debruçou sobre o mérito jurídico de tal proposição" e que só vai se pronunciar após a consulta pública em curso. Fontes ouvidas pela reportagem consideram improvável que o novo governo aceite fazer a licitação nessas condições.

O coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da UFRJ, Nivalde de Castro, alerta para o custo das medidas. "É um grupo de medidas que reforça a tendência de aumento de tarifas para os consumidores", afirmou. "Por que essa ansiedade para fazer um leilão para contratar térmicas agora, se todo o planejamento do setor é de longo prazo?" No caso do leilão das térmicas, serão R\$ 2 bilhões por ano a cada 1 mil MWs contratados, diz a Abrace.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/10/2018

Seção:

Autor:

Título: Curta

Alívio na conta de luz

A bandeira tarifária passará a ser amarela a partir do próximo mês, anunciou a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Assim, haverá uma redução na cobrança nas contas de luz dos consumidores em relação aos cinco meses anteriores, quando a bandeira foi vermelha. A bandeira amarela tem custo de R\$ 1 a cada 100 kWh (quilowatts-hora) consumidos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/10/2018

Seção: Internacional

Autor:

Título: Razões para não sair do Acordo de Paris

Na histórica Conferência do Clima em Paris, em dezembro de 2015, o Brasil apresentou metas que surpreenderam o mundo pela audácia e por representar solidariedade global em face dos riscos das mudanças climáticas saírem de controle: redução de 43% de suas emissões totais de gases poluentes que aquecem o planeta até 2030, em relação aos valores de 2005, a mais ambiciosa meta de redução entre os grandes países em desenvolvimento, até mais ambiciosa que a meta colocada pela super-potência americana.

Recentemente, no calor do debate eleitoral, um dos candidatos à Presidência sinalizou desejo de que o Brasil, a exemplo do governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, deixasse o Acordo de Paris.

Nos EUA, durante o primeiro ano de Trump na Presidência, em 2017, as emissões de gás carbônico continuaram caindo no mesmo ritmo dos últimos 10 anos.

Conservação dos ecossistemas e agricultura sustentável e produtiva são duas faces da mesma moeda

A maior parte das emissões nos EUA provém da queima de combustíveis fósseis para geração de energia. As energias renováveis tornam-se cada vez mais competitivas e seu uso cresce de forma exponencial, sendo um dos setores mais dinâmicos na geração de empregos da economia americana. É bastante improvável que voltem a subir durante o mandato de Trump. Até mesmo muitos de seus eleitores migram para energias renováveis. A transição para energias limpas está se tornando irreversível.

E o Brasil? Há muitas razões para o Brasil não deixar o Acordo de Paris.

Diferentemente da maioria dos países, cerca de 65% das emissões brasileiras de gases de efeito estufa advêm de mudanças de usos da terra e da agricultura e não da queima de combustíveis fósseis, responsáveis por menos de 30% das emissões. Perseguir uma vigorosa agricultura de baixo carbono traz inúmeros benefícios que vão além da redução de emissões. O conjunto de técnicas desenvolvidas para essa moderna agricultura torna os sistemas agropecuários mais produtivos, lucrativos e resilientes aos extremos climáticos que já ocorrem.

Como reiterado pela ciência com clareza cristalina no relatório especial do IPCC do 1,5° C, publicado no começo de outubro, manter o aumento da temperatura global dentro desses limites para minimizar seus múltiplos impactos negativos para a humanidade e para o planeta irá requerer a manutenção de florestas existentes e a restauração florestal como maneiras de retirar gás carbônico da atmosfera. É a solução natural mais efetiva para mitigar as mudanças climáticas. O Brasil tem um dos maiores potenciais do mundo para exercer tal papel, pois pode restaurar ecossistemas em todos os seus biomas sem comprometer a produção agrícola.

Além de não disputar espaço com a produção, a manutenção e restauração florestal contribuirão decisivamente para conservar água, reduzir a erosão e perda de solos férteis, mitigar os extremos climáticos e aumentar o número e diversidade de polinizadores. Todos claros benefícios para a própria agricultura do país. Conservação dos ecossistemas e agricultura sustentável e produtiva são duas faces da mesma moeda para o ambiente e a economia do Brasil.

Perseguir tenazmente metas de intensificação sustentável da agropecuária - em vez de expansão desmesurada das fronteiras de commodities - pode realisticamente levar o Brasil a zerar o desmatamento em todos os seus biomas e tornar-se o mais importante sumidouro de carbono da atmosfera até o final do século. Retomar a redução dos desmatamentos torna-se urgentíssimo em função das tendências recentes de aumento, especialmente neste ano eleitoral.

Também no setor de energia o Brasil tem muito a ganhar com o Acordo de Paris. As energias renováveis limpas como solar e eólica se mostram cada mais viáveis no país. É tecnológica e economicamente factível implementá-las em grande escala, aliada à eletrificação dos veículos e pensar um país livre dos combustíveis fósseis até meados deste século. Além dos benefícios climáticos, tal política energética geraria mais empregos e reduziria em muito os problemas de poluição das cidades brasileiras. O saldo é positivo: o aumento de 1 a 3 anos na expectativa de vida dos habitantes das grandes cidades e a sensível melhoria da saúde.

Desde a Rio 92, o Brasil adquiriu protagonismo e respeito internacional nas negociações diplomáticas das convenções climática e da biodiversidade. Com os

ambiciosos compromissos assumidos no Acordo de Paris, o país tornou-se um dos protagonistas do esforço mundial de enfrentamento das mudanças climáticas. Isso traz responsabilidades intransferíveis, mas igualmente traz enorme prestígio e liderança.

Por que seguir uma intempestiva e irresponsável decisão de Trump, um político confuso, acusado de mentir patologicamente e considerado por importantes associações de psiquiatria americana de ser incapaz de estar a altura de tão importante cargo? O Brasil merece algo melhor, inclusive respeitando a vontade popular. Pesquisas de opinião repetidamente colocam o brasileiro como um dos mais preocupados do mundo com as mudanças climáticas. Mais de 90% dos brasileiros são contra o desmatamento da Amazônia.

Continuar a ser um dos protagonistas no combate às mudanças climáticas e cumprir os compromissos assumidos perante o Acordo de Paris coloca o país sólida e irreversivelmente na trajetória de sustentabilidade. Os benefícios de médio e longo prazos são incontornáveis: maior segurança alimentar, energética e hídrica, desenvolvimento econômico seguro, agricultura sustentável, proteção das florestas e da biodiversidade, respeito pelas comunidades tradicionais. É impensável até mesmo por um segundo abandonar esta rota que, por mais desafiadora que seja, não há caminhos alternativos para a felicidade, bem-estar dos brasileiros e para a saúde planetária.

Carlos Nobre é cientista e integrou o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), que ganhou o prêmio Nobel em 2007 pelas pesquisas sobre as alterações do clima no planeta

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/10/2018

Seção: Destaques

Autor:

Título: Destaques

Engie compra a Sadenco

A Engie comprou a empresa especializada em operação de redes de iluminação Sadenco. O valor do negócio não foi revelado. Segundo a companhia, a Sadenco será a plataforma para alavancar os negócios da Engie por meio de participações público-privadas (PPPs) de iluminação pública. "A rede de iluminação é um sistema neural de uma cidade, pois nela é possível 'embarcar'

outras soluções, como câmeras de segurança, serviços de internet, entre outras", afirmou o presidente da Engie Brasil, Maurício Bähr. Segundo a Engie, a Sadenco tem forte atuação na operação e manutenção de sistemas de iluminação pública em Santa Catarina. A companhia administra 250 mil pontos de iluminação.

Ibama levanta embargo

A Norsk Hydro informou na sexta-feira que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) retirou o embargo à nova área de depósito de resíduos de bauxita (DRS2) da refinaria de bauxita Alunorte, em Barcarena (PA). A suspensão, no entanto, não permite a retomada imediata da fase de testes e comissionamento do DRS 2, pois o embargo da Justiça Federal continua válido. Segundo a Hydro, o prazo para a suspensão dos embargos é incerto. Desde 1º de março, a Alunorte opera com 50% de sua capacidade, por ordem de autoridades estaduais de meio ambiente e da Justiça.

Produção da Petrobras

A produção de óleo e gás da Petrobras em setembro ficou em 2,47 milhões de barris de óleo equivalente (BOE) por dia, estável em relação a agosto. No Brasil, atingiu 2,35 milhões de BOE/dia, também estável frente a agosto. Já a produção total operada pela companhia (parcela própria e de parceiros) foi de 3,18 milhões de BOE/dia no mês, alta de 0,95% ante os 3,15 milhões de BOE/dia de agosto. No Brasil, a parcela total operada foi de 3,02 milhões, alta de 1% ante os 2,99 milhões de agosto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Graziella Valenti | De São Paulo

Título: SPIC apresenta oferta por Santo Antonio

A chinesa State Power Investment Corporation (SPIC) fez uma proposta formal pelo controle da Madeira Energia (Mesa), concessionária da megasina de Santo Antonio, antecipou o **Valor PRO**, serviço em tempo real do **Valor**, na tarde de sexta-feira. Segundo fontes, a oferta foi feita para o bloco de controle da companhia, composto por Odebrecht, Cemig e Andrade Gutierrez, que somam cerca de 59% de participação na concessionária. Furnas, que tem 41% das ações, não deve vender.

A oferta avalia 100% do capital da companhia em R\$ 9,8 bilhões. Contudo, desse valor só o proporcional a R\$ 3,5 bilhões será recebido pelos vendedores no ato do negócio. O pagamento do restante, pela SPIC, está vinculado a várias ocorrências futuras, em especial, regulatórias. O recebimento pelos vendedores pode levar de cinco a sete anos, segundo o **Valor** apurou. Além de comprar o controle, a chinesa assumirá a dívida de Santo Antônio, que soma R\$ 15 bilhões.

Nesta semana, Odebrecht, Cemig e Andrade Gutierrez devem assinar uma carta se comprometendo com a negociação.

Após a oferta, os sócios já iniciaram uma conversa com o BNDES, credor de R\$ 10 bilhões, para suspender o pagamento do serviço dessa dívida - considerado fundamental para que tenham tempo de fechar um acordo. A ideia é que a renegociação da dívida de fato seja feita já pela SPIC.

A Santo Antonio já vinha tratando com o BNDES do alongamento de prazos e redução das parcelas. Além de alongar a dívida até 2040, o acordo com o banco elevaria o custo da dívida, reduzindo o valor do ativo. O **Valor** antecipou, no início do mês, que a SPIC se preparava para fazer a oferta o mais rapidamente possível, antes da conclusão das negociações com o BNDES.

A geração de caixa da companhia não é suficiente para pagar o serviço da dívida e as demais obrigações, que incluem, por exemplo, a exposição ao risco hidrológico. Sem a reestruturação, os sócios precisariam fazer aportes sucessivos para evitar um pedido de recuperação judicial. A oferta da SPIC, porém, pode oferecer uma nova saída para o negócio.

A expectativa é que as partes assinem um contrato de exclusividade pelos próximos quatro a cinco meses e a chinesa faça uma diligência "afirmativa", para confirmar e verificar uma investigação já realizada há mais de um ano. A partir dela, a SPIC definirá também o valor do aporte de capital que fará do negócio.

A concessionária, por sua vez, tem pressa em concluir o negócio, devido à situação financeira delicada que enfrenta. Apesar de gerar caixa desde que a hidrelétrica entrou em operação, os recursos não são suficientes para pagar todos os seus compromissos. Ao fim de junho, além da dívida financeira, a Santo Antonio Energia estava com a conta do capital de giro negativa em R\$ 992,5 milhões e a relação entre dívida líquida e Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) em 13,13 vezes - ante a média de 2,5 vezes no setor de geração de energia.

Até o fim do mês, a empresa está em situação relativamente estável, pois acabou de receber um aporte de R\$ 261 milhões dos sócios. Os recursos foram

usados, em parte, no pagamento de passivos no mercado de curto prazo de energia. Na semana que vem, acontece outra liquidação do mercado à vista, na qual, mais uma vez, Santo Antonio precisará fazer pagamentos.

Sem um acordo com o BNDES para suspender os pagamentos da dívida, a empresa pode enfrentar nova crise em novembro. O caixa gerado é praticamente exaurido com o pagamento mensal de juros ao banco de desenvolvimento estatal, fazendo com que não restem recursos para outros compromissos, como a energia de curto prazo e a tarifa de transmissão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Eletrobras adia prazo de PDV

A Eletrobras adiou para 9 de novembro o prazo para adesões à nova etapa do Plano de Demissão Consensual (PDC) da companhia. O prazo anterior encerrava na última sexta-feira. A companhia não informa o motivo do adiamento, cuja informação foi antecipada na tarde de sexta-feira pelo **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**.

Comenta-se que uma das razões para o adiamento possa ser um baixo número de adesões até o momento devido à declaração recente do candidato do PSL à presidência, Jair Bolsonaro, de que, caso eleito, não pretende privatizar a companhia. Não há, porém, informações oficiais nesse sentido.

Segundo o diretor da Associação dos Empregados da Eletrobras (Aeel), Emanuel Torres, no entanto, a baixa adesão comentada até o momento é porque os funcionários potencialmente aderentes à iniciativa já deixaram a empresa, restando agora principalmente empregados mais jovens.

"A baixa adesão [ao PDC] não tem a ver com o Bolsonaro. A baixa adesão é porque as pessoas não querem sair. As pessoas que poderiam sair já saíram", disse Torres. "Com relação a Bolsonaro, ele e sua equipe econômica vão dar continuidade ao programa de privatizações", afirmou.

Na nova etapa do PDC, a Eletrobras tem meta de adesões de 2.281 empregados. Caso o objetivo seja alcançado, a empresa estima uma economia da ordem de R\$ 660 milhões por ano, com um custo aproximado de R\$ 730 milhões.

Questionada sobre o número de adesões ao PDC até o momento, a Eletrobras informou ao **Valor** que os dados só poderão ser contabilizados após o encerramento do período de adesões.

O PDC inclui a holding Eletrobras e as subsidiárias Chesf, CGTEE, Eletronuclear, Eletronorte, Amazonas Geração e Transmissão, Eletrosul, Furnas e o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel).

A primeira etapa do PDC teve 733 adesões, com economia estimada de R\$ 254 milhões anuais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Plano da Aneel para GSF é mal recebido

A proposta apresentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para resolver a batalha judicial em torno do risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês) foi considerada um "retrocesso" pelos geradores, apurou o **Valor**.

A diretoria da agência reguladora recebeu na quarta-feira representantes das cinco empresas mais expostas ao GSF: AES Tietê, CTG, Enel, Brookfield e Light.

Na ocasião, foi apresentada a proposta de um acordo baseada na Lei 13.203, de 2015, que prevê que os agentes possam comprar energia de reserva para se proteger contra o GSF no futuro. O preço médio da energia de reserva é de cerca de R\$ 220 por megawatt-hora (MWh). Esses contratos são liquidados no mercado à vista pelo preço de liquidação das diferenças (PLD), que costuma ficar elevado nos meses em que o déficit das hidrelétricas também é alto.

Proposta, que deve ser rejeitada, não prevê ressarcimento por despesas não relacionadas à hidrologia

A ideia é que as hidrelétricas possam ter algum ganho com a liquidação desses contratos de reserva. As empresas poderão comprar no mínimo 5% de suas garantias físicas em energia de reserva. Em troca, precisam abrir mão das liminares que limitam a exposição ao risco hidrológico.

"Houve um retrocesso muito grande", disse uma fonte de mercado com conhecimento da situação. Segundo a fonte, a proposta foi mal recebida entre

os geradores, que esperavam algo mais consistente em cima do que vinha sendo tratado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em reuniões feitas ao longo do ano.

A proposta negociada até então envolvia um ressarcimento aos geradores dos custos incorridos com o GSF "não hídrico" retroativo a 2013. O argumento era de que as hidrelétricas geraram menos que suas energias asseguradas por outros motivos além da hidrologia, como despacho de termelétricas fora da ordem de mérito, importação de energia, e atrasos na transmissão de projetos.

Essa exposição seria calculada e revertida em uma extensão da concessão das hidrelétricas, que concordariam em abrir mão das liminares. A autorização para o aumento do período das concessões, contudo, dependia do projeto de lei rejeitado pelo Senado na semana passada.

Na nova proposta, a Aneel desistiu de dar um ressarcimento às hidrelétricas em relação ao passado. A proposta de compra de energia de reserva também foi mal recebida. "Hoje, se consegue comprar contratos de longo prazo no mercado livre a R\$ 140/MWh e até a R\$ 130/MWh. Por que vão aceitar comprar a R\$ 220/MWh?", afirmou uma fonte.

Os geradores ficaram de elaborar uma contraproposta para a Aneel, que deve ser apresentada em nova reunião marcada para a próxima segunda-feira.

Para uma fonte que participa das discussões sobre o tema, a solução infralegal pode ainda dar margem a uma nova onda de judicialização no setor elétrico se não for bem elaborada. "A solução infralegal, via Aneel, pode ser relevante. Mas, a depender do que for decidido, pode dar margem a judicialização, porque não terá a mesma segurança jurídica que é garantida por uma decisão legal. Mas, o esforço da Aneel em buscar uma solução é louvável", disse ela.

A fonte disse ainda ser pouco provável que o governo edite uma medida provisória (MP) com proposta de solução para o problema do GSF, possibilidade que foi aventada nos últimos dias pelos próprios geradores. "O governo está muito fraco para aprovar uma MP", disse ela, referindo-se a necessidade de aprovação pelo Congresso após a publicação da MP.

A pressão para os geradores aderirem a algum tipo de acordo cresceu depois que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu os efeitos futuros da liminar que protegia os geradores da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine) dos efeitos do GSF. A liminar era a maior entre todas referentes ao risco hidrológico, e parou de valer com efeitos retroativos a fevereiro. Com isso, o montante travado por liminares, de R\$ 8,8 bilhões até agosto, deve diminuir em até R\$ 2 bilhões.

Ainda assim, o problema está longe de acabar, de acordo com Livia Amorim, especialista em gás e energia do escritório Souto Correa Advogados. "Na verdade, houve uma mudança de cenário, com a queda da liminar da Apine, mas a disputa da União com geradores está longe de uma solução", afirmou Livia, ao **Valor**. "Existe um impacto muito grande no mercado [de energia], que está sendo carregado pelos credores do mercado de curto prazo", completou.

Segundo ela, os credores do mercado de curto prazo que não possuem liminares que dão direito a preferência no recebimento dos valores das liquidações do mercado não estão recebendo praticamente nada nos últimos quatro meses. "Esse problema [da inadimplência no mercado] não é conjuntural. É estrutural. Já dura há quatro anos", disse Livia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Plano da Aneel para GSF é mal recebido

A proposta apresentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para resolver a batalha judicial em torno do risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês) foi considerada um "retrocesso" pelos geradores, apurou o **Valor**.

A diretoria da agência reguladora recebeu na quarta-feira representantes das cinco empresas mais expostas ao GSF: AES Tietê, CTG, Enel, Brookfield e Light.

Na ocasião, foi apresentada a proposta de um acordo baseada na Lei 13.203, de 2015, que prevê que os agentes possam comprar energia de reserva para se proteger contra o GSF no futuro. O preço médio da energia de reserva é de cerca de R\$ 220 por megawatt-hora (MWh). Esses contratos são liquidados no mercado à vista pelo preço de liquidação das diferenças (PLD), que costuma ficar elevado nos meses em que o déficit das hidrelétricas também é alto.

Proposta, que deve ser rejeitada, não prevê ressarcimento por despesas não relacionadas à hidrologia

A ideia é que as hidrelétricas possam ter algum ganho com a liquidação desses contratos de reserva. As empresas poderão comprar no mínimo 5% de suas garantias físicas em energia de reserva. Em troca, precisam abrir mão das liminares que limitam a exposição ao risco hidrológico.

"Houve um retrocesso muito grande", disse uma fonte de mercado com conhecimento da situação. Segundo a fonte, a proposta foi mal recebida entre os geradores, que esperavam algo mais consistente em cima do que vinha sendo tratado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em reuniões feitas ao longo do ano.

A proposta negociada até então envolvia um ressarcimento aos geradores dos custos incorridos com o GSF "não hídrico" retroativo a 2013. O argumento era de que as hidrelétricas geraram menos que suas energias asseguradas por outros motivos além da hidrologia, como despacho de termelétricas fora da ordem de mérito, importação de energia, e atrasos na transmissão de projetos.

Essa exposição seria calculada e revertida em uma extensão da concessão das hidrelétricas, que concordariam em abrir mão das liminares. A autorização para o aumento do período das concessões, contudo, dependia do projeto de lei rejeitado pelo Senado na semana passada.

Na nova proposta, a Aneel desistiu de dar um ressarcimento às hidrelétricas em relação ao passado. A proposta de compra de energia de reserva também foi mal recebida. "Hoje, se consegue comprar contratos de longo prazo no mercado livre a R\$ 140/MWh e até a R\$ 130/MWh. Por que vão aceitar comprar a R\$ 220/MWh?", afirmou uma fonte.

Os geradores ficaram de elaborar uma contraproposta para a Aneel, que deve ser apresentada em nova reunião marcada para a próxima segunda-feira.

Para uma fonte que participa das discussões sobre o tema, a solução infralegal pode ainda dar margem a uma nova onda de judicialização no setor elétrico se não for bem elaborada. "A solução infralegal, via Aneel, pode ser relevante. Mas, a depender do que for decidido, pode dar margem a judicialização, porque não terá a mesma segurança jurídica que é garantida por uma decisão legal. Mas, o esforço da Aneel em buscar uma solução é louvável", disse ela.

A fonte disse ainda ser pouco provável que o governo edite uma medida provisória (MP) com proposta de solução para o problema do GSF, possibilidade que foi aventada nos últimos dias pelos próprios geradores. "O governo está muito fraco para aprovar uma MP", disse ela, referindo-se a necessidade de aprovação pelo Congresso após a publicação da MP.

A pressão para os geradores aderirem a algum tipo de acordo cresceu depois que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu os efeitos futuros da liminar que protegia os geradores da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine) dos efeitos do GSF. A liminar era a maior entre todas referentes ao risco hidrológico, e parou de valer com efeitos

retroativos a fevereiro. Com isso, o montante travado por liminares, de R\$ 8,8 bilhões até agosto, deve diminuir em até R\$ 2 bilhões.

Ainda assim, o problema está longe de acabar, de acordo com Livia Amorim, especialista em gás e energia do escritório Souto Correa Advogados. "Na verdade, houve uma mudança de cenário, com a queda da liminar da Apine, mas a disputa da União com geradores está longe de uma solução", afirmou Livia, ao **Valor**. "Existe um impacto muito grande no mercado [de energia], que está sendo carregado pelos credores do mercado de curto prazo", completou.

Segundo ela, os credores do mercado de curto prazo que não possuem liminares que dão direito a preferência no recebimento dos valores das liquidações do mercado não estão recebendo praticamente nada nos últimos quatro meses. "Esse problema [da inadimplência no mercado] não é conjuntural. É estrutural. Já dura há quatro anos", disse Livia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Rocha | De São Paulo

Título: Bom momento da Usiminas favorece venda da Musa

O resultado da Usiminas no terceiro trimestre veio acima das expectativas dos analistas, beneficiado pelos reajustes feitos no preço do aço, os maiores volumes negociados no mercado doméstico e o bom desempenho das exportações de minério de ferro.

A companhia registrou crescimento de 243% no lucro atribuído aos controladores no terceiro trimestre, para R\$ 263,9 milhões, na comparação anual. O lucro consolidado subiu 280%, para R\$ 289 milhões. A receita da companhia avançou 41,1% de julho a setembro, para R\$ 3,86 bilhões.

As vendas de aço em volume subiram 9% no trimestre, para 1,11 milhão de toneladas, maior patamar desde o quarto trimestre de 2015, segundo a companhia. As vendas de minério de somaram 1,77 milhão de toneladas no período, alta de 95%.

"Estamos há nove trimestres numa trajetória de construir resultado. Hoje temos uma margem Ebitda de 18%, sendo uma das siderúrgicas mais rentáveis do mundo", afirmou Sérgio Leite, presidente da Usiminas, ao **Valor**.

O lucro consolidado ficou em 114% acima da média de R\$ 135 milhões apontada por XP, Bradesco BBI, Morgan Stanley, Santander e Safra. A receita esperada pelos bancos era de R\$ 3,53 bilhões.

O bom momento é vantajoso para a venda da fatia de 70% na Mineração Usiminas (Musa), colocada no mercado em agosto. O produto extraído pela Musa é bem visto no exterior, por ter qualidade superior à utilizada como referência no mercado chinês. Enquanto o minério mais importado para a China tem teor de ferro de 62%, o da Usiminas tem entre 64% e 65%.

"Contratamos o BTG, estamos fazendo as prospecções de possíveis candidatos para compra, mas não temos pressa em vender e só venderemos se o preço for adequado", disse Leite. "Só vamos fechar se for conveniente. Levamos ao mercado esse processo, mas na nossa visão a perspectiva é de conclusão antes do primeiro semestre."

As exportações de minério lideraram as vendas da divisão, com 839 mil toneladas, alta de 379%. A fatia remanescente de 30% na Musa é da japonesa Sumitomo.

No campo dos desafios para os próximos trimestres, o principal movimento é o de lidar com o aumento dos custos e a competição internacional no mercado de aço. Globalmente, o minério de ferro e o carvão mineral têm registrado valorização. Por outro lado, o dólar, depois da cotação recorde em setembro, está em trajetória de queda, o que diminui a competitividade do produto nacional em relação às importações.

Nos cálculos da empresa, o aço nacional pode ter um prêmio entre 5% e 10% sobre o importado. "O Brasil está inserido na economia internacional, com o câmbio embutido nisso. Nossa estratégia é manter o ponto de equilíbrio", diz o executivo. "Nossa visão é que a importação deve se manter em 10% do mercado nacional."

Leite é crítico à ausência de reação do Brasil às políticas protecionistas adotadas mundialmente após as movimentações feitas pelo presidente americano Donald Trump em março.

"A estratégia com relação aos custos é acompanhar, estar atento e planejar ações para mitigar os impactos. Além disso, focamos sempre na redução de despesa, aproveitar as oportunidades de agregar o valor ao produto e enfrentar essas situações que tem impacto direto nas nossas operações", destaca.

Outras decisões a serem tomadas no futuro estão relacionadas a reforma do terceiro auto-forno de Ipatinga (MG), ajustes na divisão de galvanizados e retomada da operação de Cubatão (SP). Movimentos mais importantes quanto

a esses temas, entretanto, deverão ser realizados só no segundo semestre de 2019.

MME / ASCOM .